

## **A Violência e a Expressão da Violência: elementos para compreensão do fluxo entre o sentimento de ódio e sua exteriorização<sup>1</sup>**

Mariane Costa Matos  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

O Brasil, nos últimos anos, tem presenciado um evidente esforço de seus intelectuais na compreensão dos dilemas que acometem sua conjuntura política. Desde 2016, quando Dilma Rousseff sofreu impeachment – momento caracterizado por Santos e Szwako (2016) como de ruptura democrática – tem se concretizado um empenho não somente de assimilação dos componentes da crise política que assola o país, mas também de edificação de uma possível reconstrução do seu cenário político. A deposição de Dilma é um dos fatores apontados, por Santos e Tanscheit (2019), como fundamentais para a ruptura ocorrida nas bases do sistema partidário nacional, em funcionamento há mais de 25 anos, que teve como principal implicação a ascensão da direita radical, simbolizada principalmente na eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência brasileira, em 2018.

Já em 2016, Santos e Szwako alertavam para o fenômeno preocupante que era o crescimento do fascismo entre as classes médias brasileiras. Santos (2013), inclusive, em análise sobre as manifestações de 2013, ainda no calor do seu acontecimento, descreveu a preocupação que surgia ali com a aproximação das ruas com o fascismo<sup>2</sup>. Em texto recente para a *Folha de São Paulo*, intelectuais da Universidade de São Paulo (USP) levantaram o alerta para como as estratégias e discursos típicos de uma velha tradição fascista local estão presentes no bolsonarismo (Singer *et al.*, 2020). Nesse artigo, que foi publicado no jornal paulista de circulação nacional, os autores tentam destrinchar os acontecimentos recentes a partir dos argumentos acerca do fascismo propostos pelo historiador Robert Paxton, e das características do fascismo à brasileira da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Toda essa breve transgressão referente ao recente momento político vivido no país, entretanto, tem o objetivo de introduzir o assunto que realmente interessa ao presente ensaio: a utilização dos acontecimentos do passado para apreensão dos dilemas do presente. Skinner (2002), sobre isso, esclarece como que avaliar o passado pode ajudar no entendimento de como o nosso modo de vida atual, ou a forma como pensamos na atualidade, incorpora valores provenientes de uma série de escolhas feitas em diferentes momentos. Sabe-se que esse é um artifício amplamente utilizado na ciência política; e, pensando nisso, o propósito aqui delimitado é revisitar alguns autores que estudam a base da tradição fascista, mas não exclusivamente, com a finalidade de apreender a construção e raízes dos valores associados à violência e à expressão da violência vinculados a experiências como a do fascismo e nazismo. Para tanto, o texto seguirá a seguinte ordem: primeiramente, a experiência

---

<sup>1</sup> O presente trabalho recebeu financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

<sup>2</sup> Em nota ele explica: “Uso os termos “fascismo” e “protofascismo” de maneira assumidamente pouco rigorosa. Com eles, quero designar uma atitude política autoritária cuja essência consiste em não reconhecer a pluralidade de interesses e opiniões existentes na sociedade como algo legítimo” (Santos, 2013, p. 18).

européia é percorrida com o intuito de destrinchar como possivelmente se desloca a violência entre as relações de poder; em segundo lugar, adentra-se no elo entre o sentir ódio e o agir e expressar violento; e, por último, é encerrada a reflexão pensando mais especificamente no contexto brasileiro.

Ninguém que tenha alguma noção do pensamento histórico e político se mantém alheio à compreensão do enorme papel que a violência sempre desempenhou nos assuntos humanos (Arendt, 1970). Arendt (1970) estava falando principalmente da relação entre poder e violência, porém por um olhar mais afastado, na perspectiva dos países. O ângulo a ser trazido primeiramente aqui é de alguém que tentou sistematizar a violência sentida e vivenciada em sua própria existência individual. Além de ser alemão, Elias era de família judia e viu de perto o surto descivilizador que, em sua concepção, representou Hitler. A sua obra em questão é fruto de um desejo íntimo de, como ele expõe, “tornar compreensível, para mim mesmo e para aqueles que estiverem preparados para ouvir, a maneira como ocorreu a ascensão do nacional-socialismo” (Elias, 1997, p. 15). A violência dos campos de concentração foi a grande questão que moveu seu interesse, mas sem desconsiderar também aquela por trás do desmembramento da Alemanha em dois Estados na realidade posterior daquele país. O ponto que aqui interessa, não obstante, é um dos fios que costura seu raciocínio: a permanente tensão entre a explosão e o controle da violência em que é sustentada a sociedade.

Os valores a serem descobertos por trás das texturas do pensamento moral, social e político, de que fala Skinner (2002), é aproximado aqui, como recurso analítico, da segunda natureza proposta por Elias (1997). A ferramenta utilizada por esse último é justamente a investigação da incorporação do saber social ao longo da história de seu país. A tese, defendida por ele, é que os destinos de uma nação ao longo do tempo ficam demarcados no *habitus* de seu povo. Elias (1997) chama a atenção para os mais diversos elementos – históricos, econômicos, sociais ou políticos – que interferem na contínua transformação e preservação de padrões de convicções, juízos e comportamentos dos indivíduos pertencentes a determinada nação. Para ele, a tarefa a que se propunha era de entender, a partir dos agregados de acontecimentos, decisões e tradições, a razão motora que encaminhou a Alemanha ao que ele denominou de um colapso de sua civilização, ou melhor, o nazismo.

O esforço de Elias (1997), nessa perspectiva, pode ser trazido aqui pela disposição dessa violência em dois níveis: (1) no da formação dos Estados-nação, onde essa violência é acomodada pela pacificação das massas populacionais e, (2) no do indivíduo, de adequação dos impulsos violentos espontâneos. Esse conflito entre pacificação e violência acontece nos dois níveis, e entre eles; além disso, conduz o processo de conformação dos indivíduos às redes de interdependência que os acomodam nessa sociedade. A integração social é disposta por ele por seu aspecto de dinâmico, isto é, não estável. E, nesse sentido, o colapso da civilização, para ele, nada mais é que o extremo dessa dinâmica complexa (indivíduos-indivíduos e indivíduos-estado), quer dizer, seu deslocamento em direção à barbárie. Como ele mesmo alerta: “A civilização a que me refiro nunca está completa, e está sempre ameaçada” (Elias, 1997, p. 161).

A violência é atributo inerente à existência humana, presente em todo o desenvolvimento da humanidade; já a pacificação é, para Elias (1997), produto da formação do Estado. Comparando com as relações mais contemporâneas entre os grandes Estados em iminência bélica, Elias (1997) afirma que, para compreender o problema da violência física na vida social, a resposta a se procurar permeia o questionamento de como é possível as pessoas viverem juntas sem medo de serem atacadas ou mortas por outras mais fortes que elas. Na lógica de Elias (1997), a pacificação de um Estado cumpre seu ciclo quando os indivíduos, pertencentes a esta sociedade-Estado, enraízam na profundidade de

seus sentimentos a noção de que não devem agredir uns aos outros em nenhuma circunstância. E, em contraste a essa acomodação da não-violência, o Estado a que eles pertencem, “está em constante preparação para a violência com outros Estados” (Elias, 1997, p. 164).

Elias (1997, p. 162) descreve o monopólio da força física<sup>3</sup> como “uma invenção sócio-técnica da espécie humana”; um controle que possui o Estado e que pode servir de arma, como também alerta o autor. A questão, desse modo, diz respeito ao equilíbrio de poder que consiste esse monopólio e sua interferência direta nas estruturas da personalidade dos indivíduos a ele submetido. Essa consciência voltada para a não-violência – uma coação inicialmente imposta, mas que em seguida transformada em autocção – é contingente do equilíbrio de poder nessa sociedade.

Olhar a sociedade pelo seu movimento é também o artifício interpretativo empregado por Paxton (2004) quando propõe analisar o fascismo. Assim como Elias (1997), este último busca examinar a relação entre aqueles que ocupavam os lugares de poder [os líderes] e aqueles submetidos aos primeiros [a nação como um todo]. Isso fica mais claro pelo objetivo que o próprio Paxton (2004) propõe: de se afastar dos estudos que focavam na ação dos grandes líderes, pois, em seu entendimento, acabavam por negligenciar o papel das pessoas e instituições na naturalização das atrocidades que significou a ascensão do movimento fascista.

Ambos os autores tentam contestar as ideias de racionalidade e civilização como atributos permanentes. Elias (1997, p. 280) opõem-se enfaticamente à concepção de “uma vez civilizado, para sempre civilizado”. Este último explicará que nem sempre os seres humanos agirão a partir de uma finalidade racional; muitas das vezes o motor será apenas as crenças manifestadamente irracionais. Paxton (2004), por uma perspectiva histórica mais circunscrita, vai atrelar a criação do movimento fascista às paixões e emoções. Para o cientista político estadunidense, esses dois ingredientes integram seu impulso mais poderoso, e afirma: “fascismo tinha mais a ver com intestino que com o cérebro” (Paxton, 2004, p. 42). Por caminhos distintos, no entanto, os dois reconhecem o contexto em que os movimentos nazista e fascista se desenrolaram com o aumento da participação na política das massas populares.

Nessa esteira, Elias (1997) denota como a ascensão de Hitler ocorre a partir de um cenário de impulso democratizante, de consolidação da política de massas. É essa uma das condições de longa data classificada por Paxton (2004); ele destaca como diferentemente dos liberais e dos conservadores, os fascistas nunca quiseram deixar as massas longe da política. E, complementa: “enquanto um movimento de massas direcionado contra a esquerda, o fascismo não poderia existir antes que os cidadãos pudessem se envolver na política” (Paxton, 2004, p. 42). O ambiente de crise e decadência é o contexto que arrasta esses cidadãos comuns, recentemente incluídos nos espaços de decisão política, ao movimento fascista, carregados com a esperança de um futuro melhor para a comunidade a que pertenciam. Mas, para além das promessas políticas, um outro fator essencial explica o sucesso do movimento fascista, na perspectiva de Paxton (2004): é o sentimento de pertença, isto é, a inclusão dessas pessoas num ambiente de fraternidade.

Seguindo a lógica de Paxton, o indivíduo era encarado pelo movimento fascista por ser ele a unidade mesma da transformação. Nessa noção do ‘ser’ fica evidente como que os fascistas não desejavam uma revolução socioeconômica, eles queriam antes de tudo uma revolução da alma (Paxton, 2004). Por conseguinte, o reivindicado era uma transformação moral dos cidadãos,

---

<sup>3</sup> Reconhecido por ele como examinado inicialmente por Max Weber.

principalmente no que dizia respeito à natureza da cidadania e à relação entre esses cidadãos e o Estado. Essa ideia, de acordo com o autor, perpassava igualmente a subordinação do indivíduo à comunidade. Um outro ponto em que Paxton (2004) e Elias (1997) acabam por se deparar com uma mesma estrutura: sobre os passos da consciência acompanharem aqueles dados pelo poder.

No fascismo interpretado por Paxton (2004), no centro dessa moralidade estava a idealização da violência. A violência, de acordo com ele, integrava o âmago da virtude de uma raça superior em que era fundado o fascismo; assim como, em potência, transformava-se na capacidade de desencadear a violência mais destrutiva. A indagação proposta por Paxton (2004) inverte o foco, não mais em como alguém pode perpetuar o ódio como Hitler o fez, mas sobre como esse ódio foi acolhido e assimilado pelos cidadãos comuns. Nessa mesma linha, Browning (2001) propõe uma leitura da ‘história da vida cotidiana’ com o intuito de acessar o movimento de brutalização dessas pessoas. Este último opera uma contribuição visceral sobre como a violência extrema pode ser naturalizada na consciência dos indivíduos.

O cerne da questão é que essa ‘brutalização’, ou naturalização da violência extrema, era compartilhada entre aqueles que ocupavam os cargos de comando e aqueles governados por eles (uma maioria, pelo menos). Essa é uma das camadas do argumento de Browning (2001) relevante para a reflexão aqui proposta: não era apenas um contexto histórico de ideologia racista; mas, além disso, de compartilhamento de uma força latente do ódio e como, quando as condições apropriadas são alcançadas – no caso dele, as burocrática e as circunstanciais –, este pode resultar em horrores inimagináveis. Tanto o processo gradual de institucionalização da violência para resolução dos conflitos no habitus dos alemães de Elias (1997), quanto a conformidade agregada à força histórica das circunstâncias de Browning (2001), refletem como o sentimento do ódio, pertencente mesmo à natureza humana, pode ser expresso brutalmente na canalização dos conflitos.

Browning (2001) posiciona seu pensamento claramente contrário a uma visão que reduz a responsabilidade desses feitos à obediência de ordens apenas. O registro em que delineia sua proposta, de um padrão burocrático de conformidade combinado com a força histórica e outros valores previamente compartilhados, afasta-se, por exemplo, do burocrata Eichmann, de Arendt (2006), em que a autoridade da burocracia nazista sobrepunha a possibilidade de consciência da violência que essas pessoas reproduziram em sua adesão ao nazismo. Essa defesa do primeiro autor pode ser ilustrada em uma outra perspectiva, basta lembrar da reconhecidamente bem-sucedida propaganda nazista. Não se nega a sua elaboração sofisticada e seu alto alcance; contudo, da mesma forma, compreende-se que seu sucesso dependeu das contingências, do alinhamento dos motivos e dos valores previamente compartilhados de quem as consumia.

Browning (2001) recorre ao que é tido atualmente como um dos mais tenebrosos acontecimentos da história recente da humanidade, visando resgatar a vivência dos indivíduos em suas relações cotidianas tão íntima com a violência. Embora o autor não acredite que a resposta para o ocorrido esteja nos aspectos psicológicos do sujeito fascista, ele destrincha, nos casos contados, o estresse relacionado às emoções que eram desencadeadas. Do episódio de Józefów<sup>4</sup>, o autor descreve principalmente a agonia psicológica que os assassinatos foram provocando naqueles encarregados da missão ao longo de sua execução. A tarefa mórbida é descrita por Browning (2001) pelo fardo e

---

<sup>4</sup> Józefów ficou marcada por ter sido onde os assassinatos em massa contra os judeus foram iniciados, através de execução por equipes de tiro.

repugnância que despertara naqueles homens. Ao final daquele dia, os envolvidos beberam pesadamente e estavam “deprimidos, irritados, amargurados e abalados” (Browning, 2001, p. 69).

A interpretação do autor acerca dos efeitos desse massacre e como fora assimilado por essas pessoas posteriormente é que a repugnância que sentiram tinha como equivalente uma total ausência de princípios éticos e políticos. Quer dizer, muito embora o ato de matar com as próprias mãos, face a face ali com suas vítimas, tivesse tido efeitos devastadores, Browning (2001) indica que não era sobre enxergar no outro um igual. Da racionalização contida nos depoimentos prestados posteriormente, ele conclui: “O que está claro é que a preocupação desses homens com sua imagem aos olhos de seus camaradas não correspondia a nenhum senso de laços humanos com suas vítimas” (Browning, 2001, p. 73). Seu argumento é que mesmo que estes homens não tivessem aderido conscientemente à doutrina antisemita, mesmo assim eles não somente não questionaram como cumpriram a missão de executar aqueles judeus em Józefów.

O que Browning busca demonstrar, através dos depoimentos prestados mais de vinte anos depois, é que esses homens embora se esforçassem para racionalizar o que tinham vivido, não pareciam compreender que os sentimentos (associados ao momento da matança) que relatavam (muitos anos depois do acontecido) eram incompatíveis com a essência do regime que serviram. A confirmação disso estava em que esses homens inicialmente aterrorizados pelo ato de matar foram rapidamente se habituando à tarefa, na medida em que também a matança foi sendo aperfeiçoada tecnicamente. Elias (1997) ao contrapor que não deveria haver uma separação entre os estudos da ciência política – sobre as relações de poder – e da psicologia – sobre o comportamento humano –, em sua apreensão de que não era possível o indivíduo ser descolado da sociedade em que estava inserido, clamava pelo entendimento das relações complexas e dinâmicas que ambas as áreas se implicavam mutuamente. A interferência dessas relações de poder na personalidade desses indivíduos pode encaminhar a sociedade para lugares nefastos. Novamente aqui verifica-se uma das bases da argumentação do sociólogo alemão, isto é, que os indivíduos nem sempre caminham em direção à civilização.

O objeto da consciência política em si envolve outras abordagens, mais aproximadas da psicologia propriamente. Gamson (1992), por exemplo, é um autor que busca alcançar essa matéria por meio de sua investigação a respeito da influência dos meios de comunicação no processo de formação das opiniões. Se colocado nos termos de Elias (1997), sua pesquisa poderia ser descrita no questionamento de como o poder das grandes empresas de mídia caminha lado a lado da consciência das pessoas na sociedade. As relações dinâmicas de que fala Elias (1997) podem ser igualmente identificadas nos pressupostos de Gamson (1992): a) as pessoas não são tão passivas; b) as pessoas não são tão burras; e, c) as pessoas negociam com a mídia de maneiras complexas e não padronizadas em relação a cada questão. Como fica evidente, o ponto de partida de Gamson (1992) é a percepção da centralidade do aspecto comunicativo na sociedade e sua relação com o vínculo que é estabelecido entre ele e a ação coletiva politicamente orientada.

Uma das conclusões apresentadas por ele é que no discurso popular estão refletidos o posicionamento da mídia; mas que é esse um processamento mais complexo que simplesmente as pessoas repetindo aquilo que leem ou assistem. Para ilustrar essa conclusão é proveitoso reproduzir aqui a metáfora utilizada pelo autor referente ao processo de construção de sentido: cada novo assunto é uma floresta a ser explorada, “os vários enquadramentos no discurso da mídia fornecem mapas que indicam pontos úteis de entrada, fornecem sinalizações em várias encruzilhadas, destacam os marcos

significativos e alertam sobre os perigos de outros caminhos” (Gamson, 1992, p. 117). Ele estava dialogando com as teorias da comunicação e, por fim, defendendo que não era possível dizer que as pessoas simplesmente acatavam os estímulos que recebiam. Todavia, embora ele demonstre que nem sempre as pessoas seguem os caminhos fornecidos por esses meios, sua obra acaba iluminando o poder de influência desses meios quando em relação a assuntos que não estão inseridos na rotina de quem assiste, ou mesmo quando estes possuem pouco conhecimento sobre.

A construção coletiva dos sentidos interfere diretamente em como as pessoas se posicionam diante dos acontecimentos e disputas políticas. Entre os significados e valores que carregam consigo e a transformação desses em agir em direção a alguma mudança desejada há, na concepção de Gamson (1992), um elo essencial: o sentimento. Em sua narrativa, o ponto levantado diz respeito ao poder da raiva, quando acertadamente canalizada, sobre o agir perante um episódio ou acontecimento enquadrado como uma injustiça por essas pessoas. E isso pode ser traduzido aqui como a mobilização do sentimento de raiva, e seu potencial de mudança. Gamson (1992) e Elias (1997) não estão falando sobre o mesmo tipo de engajamento. Muito pelo contrário, o primeiro tem como escopo maior a formação da consciência política da classe trabalhadora por um panorama de engajamento potencial em ações contra as injustiças do mundo; enquanto o segundo está alertando para o fato de que muitas vezes os sentimentos são canalizados e transformados em apenas violência destrutiva e “descivilizadora”. Para o argumento aqui o que importa é que o raciocínio dos dois está apoiado nessa ligação entre sentimento e ação.

Há uma linha tênue entre o sentimento de ódio, guardado no íntimo de cada um, e a expressão desse ódio. Quando um discurso de ódio é compartilhado, da forma como o foi com a propaganda nazista, por exemplo, os efeitos dessa disseminação podem atingir inimagináveis níveis de violência, também como foi possível presenciar na história do nazismo na Alemanha. Waldron (2012), ao defender a regulamentação do discurso de ódio, abarca o paralelo existente entre o ódio e a expressão desse ódio. Não importa aqui discorrer sobre sua defesa a respeito da restrição sobre esse tipo de discurso; mas, muito mais essa noção que ele defende acerca da imprescindibilidade de se prestar atenção a outros sinais que apenas o ódio quando explícito numa ação. O seu argumento, que é útil aqui, pondera que o ódio não deve ser motivo de legislação por ser errado apenas; para ele, o problema maior estaria precisamente no fato de que a sistemática expressão de um ódio tem potencial de atingir preocupantes níveis de naturalização da violência nos espaços de convivência compartilhada.

Não seria necessário justificar o quão é complexo, para não dizer impossível, tentar controlar o pensamento das pessoas. Ou mesmo teorizar sobre a influência dos pensamentos e dos sentimentos na ação cotidiana dos seres humanos em sociedade. Elias (1997), a título de exemplo, busca captar as variáveis desse processo pois temia um novo espiral de violência em sua nação de origem. Waldron (2012), por sua vez, apesar de ter um objetivo de mudar uma realidade em que igualmente enxergava um potencial explosivo, tem sua referência primordial no fluxo de violência mais contemporâneo.

O ponto nodal do raciocínio de Waldron (2012) é que o discurso de ódio hoje, caso negligenciado, no futuro pode se tornar revolta e pancadaria. No exemplo brasileiro, como percorre Trindade (1979), um ambiente conservador juntamente com uma conjuntura política favorável permitiu o crescimento da ideologia integralista, o tipo de fascismo que aqui floresceu. A construção ideológica do movimento, como aponta Trindade (1979), tem como principal propulsor o uso conjunto dos discursos, do jornalismo, da literatura e dos manifestos. E são esses pontualmente os

instrumentos que Waldron visualiza em sua pretensão de regulamentação; os ditos artefatos duráveis da expressão precisam ser observados pelos efeitos que possuem nas pessoas e na sociedade.

E, por mais que o ódio e a violência não seja muito o escopo do trabalho de Trindade (1979), ele destrincha um movimento que em si carregava o ódio como essência. Tanto Plínio Salgado, o chefe integralista, quanto Miguel Reale, principal teórico do Estado do movimento, carregavam e dialogavam com o fascismo italiano de Mussolini, e não exclusivamente (Trindade, 1979, p. 251-252). Um dos recursos cruciais na concretização da AIB, como aponta também Trindade (1979), fora o jornal *A Razão*. Nas notas políticas que publicava diariamente nesse jornal, onde também era diretor, Salgado edificou as bases ideológica do movimento. Em outras palavras, através dele, Salgado pôde alinhar os acontecimentos políticos e a crise em que o país estava inserido numa canalização de sentimentos disposto em uma ação.

A aproximação entre Plínio Salgado e Jair Bolsonaro tem ligado o sinal de alerta dos intelectuais brasileiros<sup>5</sup>. A reflexão aqui proposta ensaia uma rota de apreensão e [quicá] mudança do protagonismo que o ódio tem assumido no cenário político do país. Acredita-se, com isso, na possibilidade de uma convivência mutuamente respeitosa e tolerante. As pessoas são ruins é uma resposta pobre e pouco edificante. Seguindo os passos conduzidos aqui, a defesa é que olhemos para a sociedade pelo seu movimento, indo além de seu contexto imediato, assim como fizeram Elias e Paxton. Depois, é importante também a localização da origem desse ódio, não de sua fonte propriamente, mas mais de onde ele encontra respaldo; como olham esses dois pensadores aqui mobilizados, assim como Browning. Gamson pertinentemente lembra que entre os valores e o agir há sempre o sentimento. É, nessa perspectiva, entender como a construção de um pensamento ocorre pela utilização instrumental da comunicação, no caso do integralismo brasileiro analisado por Trindade; mas compreender similarmente que estas ideias precisam encontrar corações abertos ao seu compartilhamento. Por último, é apontado aqui a imprescindibilidade da atenção à fronteira da naturalização desses sentimentos e de sua expressão violenta, tendo em vista os seus efeitos na viabilidade da convivência pacífica na sociedade, como alerta Waldron.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*. 1963. New York: Penguin Books, 2006.

ARENDDT, Hannah. *On violence*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 1970.

BROWNING, Christopher. *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. England: Penguin Books, 2001.

---

<sup>5</sup> Lynch aponta em artigo que “do ponto de vista da inspiração política, o que de mais próximo houve na história brasileira desse ideário foi o integralismo, o fascismo brasileiro da década de 1930” (Lynch, 2020, s.p.).

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GAMSON, William A. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LYNCH, Christian: O vídeo da reunião presidencial. *Portal Disparada*, maio de 2020. Disponível em: <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/lynch-video-presidente-bolsonaro/>. Acesso em: 08 out. 2020.

PAXTON, Robert. *The Anatomy of Fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, p. 15-25, 2013.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 40, n. esp., p. 114-121, 2016.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, n. 99, p. 151-186, 2019.

SINGER, André; DUNKER, Christian; ARAÚJO, Cicero *et al.* Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. *Folha de São Paulo*, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>. Acesso em: 27 set. 2020.

SKINNER, Quentin. *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. V.1 - Regarding Method.

TRINDADE, Héliog. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

WALDRON, Jeremy. *The harm in hate speech*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

*Ensaio recebido em: Março/2021*

*Ensaio aprovado em: Março/2021*

**Mariane Costa Matos** (marianecmatos@gmail.com) é Doutoranda em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.